

A globalização: uma visão militar*

*Cel Sérgio José Pereira, Ten Cel Dennis Jay Dugan (EUA)
e Maj Germán Sánchez Arroyo (Espanha)***

GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno globalização tem sido objeto de estudos cada vez mais intensos em todo o mundo. Pensadores nacionais e estrangeiros o têm analisado sob enfoques distintos, de que resultam, obviamente, avaliações bastante diferenciadas, não raro conflitantes. Uma quase unanimidade, entretanto, é que a globalização não se restringe aos aspectos econômicos, ela é um fenômeno muito mais abrangente, atingindo todas as áreas das atividades humanas.

Sob a ótica econômica, o Dr. Julio Alvarez definiu a globalização como um processo que se inicia no âmbito econômico-financeiro, produzido pela expansão global dos mercados, cujos principais agentes são as empresas transnacionais.¹ Segundo ele, o mercado, como ponto de irradiação do comércio e do dinheiro, tem, por um lado, servido para respaldar o poder do Estado nos países ricos e, por outro, ameaçado a soberania nacional nos países pobres. Em outras palavras, a economia se sobrepõe à política e seus alinhamentos tradicionais.

De uma forma mais completa, a estratégia de segurança nacional norte-americana define globalização como o processo de acelerada integração econômica, tecnológica, cultural e política, que está tornando os cidadãos de todos os

continentes mais próximos, permitindo a troca, quase que instantaneamente, de informações, de idéias, de mercadorias e de serviços.²

Ainda há aqueles que, do ponto de vista político, vêem a globalização como uma antítese da democracia, partindo da premissa que esta pressupõe a diversidade de opiniões, reconhecendo o direito à existência de minorias e de oposição, enquanto aquela induz à uniformização do pensamento e das idéias, neutralizando o contraditório, pois pretende, por si mesma, ser o ideal para o homem e a humanidade.³

Como se percebe, as definições de globalização descrevem o fenômeno de forma parcial, cada uma destacando determinado aspecto, que passa a predominar sobre os demais. O Professor Joseph S. Nye, uma autoridade no assunto, apresentou, no 1º Fórum de Globalização, uma definição abrangente que engloba os diferentes campos da atividade humana, relacionando-os com a evolução tecnológica atual:

“Globalização realmente significa interdependência e é uma situação do mundo que envolve redes de interdependência a distâncias multicontinentais. A revolução da informação evidenciou este ciclo de globalização como mais amplo, veloz, profundo e barato que seus predecessores. Globalização refere-se não apenas à globa-

* Colaboração do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da ECEME.

** Os autores são do Corpo permanente do CEE/ECEME.

¹ Ciclo de Conferências - “Cultura, sociedade y Política ante la globalización” - 08/04/1998 - Panorama de la globalización - Dr Julio Alvarez.

² A National Security Strategy for New Century - December 1999 - White House - Bill Clinton.

³ Informação obtida no folheto da Escola Superior de Guerra intitulado *Globalização e Soberania*.

lização econômica, mas também à ambiental, social e cultural, bem como à globalização militar.”⁴

Nesse contexto, a globalização caracteriza-se por ser um fenômeno multidisciplinar, não só definido em termos estritamente econômicos, mas que envolve, ainda, outras dimensões igualmente importantes, diferenciadas pela natureza da informação que estiver circulando e pelas atividades desenvolvidas nas extensas redes de interdependência. A visão em separado de cada elemento deve constituir, tão-somente, uma facilitação didática para o estudo de um fenômeno multifacetado e extremamente complexo.

Assim, a globalização econômica envolve fluxos, em longas distâncias, de produtos, serviços, capitais, informações e avaliações sobre os mercados, bem como a organização do processo que une todos esses fluxos. A globalização ambiental trata da preservação do meio ambiente diante de sua contaminação por poluentes, que podem atingir e prejudicar vastas regiões, ignorando, com alarmante frequência, as fronteiras do país poluidor. Trata, também, da difusão, através de portadores físicos, de agentes químicos e biológicos, tais como doenças, epidemias e materiais genéticos que possam afetar a saúde de grandes grupamentos humanos ou animais. A sociocultural envolve o movimento de informações, idéias, imagens e culturas, levando até mesmo à imitação de práticas sociais alienígenas, com riscos à manutenção da identidade nacional. A dimensão política, ao tratar de idéias e de informações referentes ao poder e ao governo, é capaz de induzir à adoção de modelos institucionais inadequados.

Finalmente, a globalização militar, que se refere aos pensamentos e às formas de atuação militares que ultrapassem os territórios nacionais e alcancem as principais regiões do planeta, tem

reflexos muito importantes nas doutrinas de organização, de preparo e de emprego das Forças Armadas, na concepção das estratégias e nos aspectos espaço-temporais das relações, das redes e das interações militares. Os autores David Held e Anthony McGrew definem globalização militar como um processo que abrange uma extensa e intensa rede de relações militares entre as unidades políticas no sistema internacional.⁵

Portanto, embora identificadas isoladamente, as diferentes dimensões da globalização interagem entre si, conferindo multidimensionalidade ao fenômeno, à medida que o trânsito intenso de informações, idéias, mercadorias, serviços e pessoas, ao possibilitar o atingimento de determinada faceta, cria reflexos que chegarão às demais, gerando novos “produtos”, em um círculo vicioso que a evolução da tecnologia tornará cada vez mais rápido e mais global.

Caracterizado o ambiente onde se situa o objetivo deste trabalho - o estudo da globalização -, apresentaremos sua síntese histórica, prosseguindo com a participação brasileira nesse processo, concluindo com suas conseqüências para o Exército Brasileiro.

ASPECTOS MILITARES DA HISTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO

As expedições de Alexandre, o Grande, há 2.300 anos, que resultou na formação de um império que se estendeu por três continentes e introduziu no mundo oriental o pensamento da sociedade ocidental, na forma do Helenismo, caracterizou a ação militar como precursora da globalização sociocultural, estabelecendo, portanto, o aspecto multidimensional do processo.

Na Europa, as legiões romanas, enquanto empurravam as fronteiras do Império, levavam

⁴ Informação obtida na Internet no site *Globalization and Information* - <http://www.globalizationforum.org/>

⁵ David Held & Anthony McGrew, David Golbatt & Jonathan Perraton - *Global Transformations* - Editado por Stanford University Press, 1999 - Califórnia.

atrás de si os padrões econômicos, políticos e culturais de Roma que, por sua vez, não hesitava em incorporar aquilo que julgasse proveitoso para ela, citando particularmente a cultura helênica.

A Idade Média interrompeu esse processo na Europa. Os exércitos feudais foram usados tanto para propósitos militares como não-militares, tais como a administração, a imposição da lei e da ordem e a cobrança de taxas. Em contrapartida, nesse mesmo período, no Oriente Médio, a globalização pode ser caracterizada nos avanços dos exércitos muçumanos pelo Norte da África até a Espanha e, a leste, até a Índia, sob pretexto de propagação da fé islâmica.

Outro exemplo ainda seria dado pelo Oriente, já no século XVI, pelos turco-otomanos que, novamente invocando a fé, dominaram o Norte da África, o vale do Nilo, o Oriente Médio, parte da Pérsia, os Bálcãs e, além, até Belgrado e Budapeste, levando, além da religião, seu sistema administrativo, seus canhões de sítio, seus conhecimentos científicos e seus códigos de leis, tudo e em tudo superiores, à época, aos europeus.

A própria descoberta do Brasil, em 1500, foi conseqüência da evolução tecnológica na ciência de navegar e do uso da esquadra como instrumento do expansionismo de Portugal, que nos legou a sua cultura e os seus valores. Mesmo o Exército Brasileiro foi forjado nas lutas contra o invasor holandês que, movido por interesses econômicos, tentava expandir os seus domínios. Aí está o elemento militar, a tecnologia, a política, a economia e a cultura compondo um todo e atravessando o oceano para atingir objetivos estratégicos determinados pelas políticas nacionais de Portugal e da Holanda, com profundos e permanentes reflexos nas novas terras do outro lado do Atlântico.

A partir do século XVIII houve um decréscimo na utilização dos exércitos em atividades não-militares, em razão de uma nova concepção de que a guerra era uma arte e uma ciência com leis muito próprias, devendo sua preparação e

condução ser exercidas por especialistas, os militares. Esse desenvolvimento do profissionalismo militar se tornou mais evidente quando, por volta de 1815, com a idéia de exércitos apolíticos, os militares foram proibidos do exercício de qualquer outra atividade. Eram os primeiros passos para a dedicação exclusiva ao Estado.

Esse conceito de atividade exclusiva, ao se difundir em termos globais, deu origem aos traços comuns peculiares a todos os militares: o respeito à hierarquia, a disciplina, o cumprimento da missão, o patriotismo exacerbado e, mesmo, um código de honra não escrito, ainda que este fosse condicionado, é claro, às características culturais de cada exército.

Portanto, embora como a conhecemos hoje, a globalização seja um fato novo, ela já vem ocorrendo desde a Antigüidade. Se, antes, ela se dava com lentidão, as tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, desenvolvidas a partir do século passado, vêm dando um extraordinário impulso a esse processo, transformando o planeta em uma só unidade, ainda que muito complexa e ainda heterogênea.

Com o advento da Guerra Fria, a confrontação ideológica tornou o mundo bipolar – dois blocos antagônicos alinhando países com afinidades políticas, acordos econômicos esdrúxulos, alianças militares em corrida armamentista e guerras por procuração – trazendo mais complexidade e mais interdependência às relações internacionais. Nesse quadro, o Brasil se alinhou com o bloco ocidental, de reação à expansão do comunismo internacional, o que veio consolidar a influência norte-americana em sua doutrina militar, influência que se iniciara na Segunda Guerra Mundial.

Quando se procura levantar características comuns aos conflitos mais importantes ocorridos a partir da metade do século passado, verifica-se que, em todos eles, houve um vínculo causal de ordem econômica (ainda que disfarçado sob outras razões), a inexistência de um único vencedor formal, um número de vítimas civis mais

elevado que o de militares; a aplicação de uma experiência crescente na guerra de guerrilhas e na contra-insurgência e a presença cada vez mais freqüente, mais intensa e, por vezes, inoportuna da mídia, difundindo, em amplitude global, a violência da guerra.

Em 1990, o Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo, listou os cenários mais favoráveis à eclosão de conflitos:

- países pobres com marcada presença no setor primário;
- países com problemas ambientais vinculados à degradação da terra;
- falta de água e alta densidade populacional; e
- governos de condição “semidemocrática”, dívida externa elevada, redução de renda propiciada pela exportação de matérias-primas e existência de planos de reajustamento do FMI.

As razões de ordem étnica e religiosa – históricas motivadoras de conflitos – juntaram-se outros fatores, tais como a miséria generalizada, a insegurança e o descaso das elites pelas condições sociais da população.

Ao se analisar a influência do processo de globalização no aumento das tensões que levam à guerra, depara-se com dois grupos, defensores de pontos de vista bastante distintos: o daqueles que negam essa influência, alegando uma importância “decrecente” dos territórios e, por extensão, da necessidade de força militar; no lado oposto, o outro grupo opina que uma das conseqüências da globalização foi uma repressão crescente dentro dos Estados, transformando a maioria dos conflitos internos em guerra civil. Estes últimos alegam que até mesmo Estados, que aparentemente renunciaram a parte de sua soberania, não abriram mão de forças de autodefesa, aproveitando, assim, tanto as vantagens da globalização quanto as da disponibilidade de um instrumento armado.

Este breve retrospecto pretendeu mostrar que impérios se formaram e se expandiram apoiados em forças militares que permitiram o alargamento de seus territórios e a difusão de suas cul-

turas. O poder militar sempre foi empregado como instrumento-chave nas relações político-sociais, tornando-as mais globalizadas.

A GLOBALIZAÇÃO E A ORDEM INTERNACIONAL

A globalização contemporânea reúne formas de sistemas e interconexões entre assuntos militares e de segurança em um volume sem precedentes na história. Exatamente pela intensidade das conexões criadas pela diplomacia militar é que ainda não aconteceu um conflito aberto entre superpotências militares. Estas relações compreendem o comércio e a produção de armamentos, bem como tratados e acordos que regulamentam e institucionalizam os assuntos de segurança no nível mundial.

Tradicionalmente, a segurança tem sido responsabilidade dos Estados soberanos. Esta segurança incluía a proteção dos cidadãos, do território nacional e dos seus recursos. Esta situação existiu desde a Paz de Westfalia, em 1648, onde a soberania total passou a ser atribuição dos Estados. Depois da Segunda Guerra Mundial e do aparecimento de instituições internacionais, principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu poder de pressão sobre os Estados, uma era nova surgiu neste processo.

Devido à amplitude de certas ameaças qualificadas como globais, a segurança adquiriu nova dimensão. As agressões ao meio ambiente, o aquecimento do planeta, o desenvolvimento de pandemias e os riscos alimentares, entre outros, são considerados como ameaças a serem levadas em conta e deram origem ao conceito de “segurança humana”, explicado no relatório de desenvolvimento humano feito pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 1994. Este conceito opõe-se ao que figura nas teorias de Relações Internacionais e, ao mesmo tempo, afasta-se daquele de “segurança individual”, reivindicado pelos neoliberais e que se fundamenta em “um

individualismo possessivo”, ou seja, a extensão da atividade e do poder privado baseado no direito à propriedade e nas oportunidades oferecidas pelo sistema de mercado.

No passado, o emprego do poder militar foi o traço mais característico do processo de globalização. Atualmente, pela complexidade das relações militares entre os Estados, o grau de envolvimento de uma nação na ordem militar global pode ser avaliado pela ordem geopolítica. Esta ordem é ditada pela rivalidade entre potências, pelos conflitos entre Estados, pelas relações de segurança firmadas entre nações, pela dinâmica do comércio e produção mundial de armamentos e, também, pelos regimes e acordos diplomáticos sobre o controle dos arsenais militares.

Com o fim da Guerra Fria e o surgimento do poder mundial unipolar, o foco das lutas pela supremacia transferiu-se do eixo ideológico-militar para o eixo político-econômico. O sucesso da União Européia fortaleceu a tendência de formação de blocos econômicos, o que, aliado ao veloz desenvolvimento da informática e das comunicações, fez com que, no final século XX, o processo de globalização recebesse enorme impulso, estendendo-se a, praticamente, todos os pontos do planeta.

A hegemonia norte-americana ganhou impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando seus objetivos globais foram claramente explicitados. Embora o Congresso e a opinião pública tivessem exercido, neste período, controle sobre as iniciativas do Governo na defesa de seus interesses, muitas vezes provenientes de círculos econômicos e financeiros, houve oportunidades em que o poder militar foi empregado para garantir a evolução do processo globalizante.

A ONU, que tem a missão de garantir a paz mundial, mostrou-se, em várias ocasiões, incapaz de conseguí-la. Paralelamente a isso, os EUA adotaram uma postura de contenção do expansionismo soviético e de ampliação de sua influência no mundo. O surgimento de novos conceitos, como “dever de ingerência” e “soberania limitada”,

associados ao poder bélico absoluto norte-americano, acabaram fazendo com que nações soberanas passassem a reear intervenções em seus assuntos internos, em nome da defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, do combate ao tráfico de drogas ou de qualquer outro motivo considerado ameaça à paz internacional.

Os EUA nem sempre se preocuparam em procurar a égide da ONU para empregar a força, embora cientes de que a opinião pública internacional os condenaria pelo desafio às regras do Direito Internacional. Isto aconteceu nas intervenções na Bósnia, em Kosovo, no Afeganistão e no Iraque. Nesses e em outros episódios, ficou evidente para a comunidade internacional que a ONU teria sido mais um instrumento de legalização e imposição da vontade dos países ricos do que um fórum para o debate e solução dos problemas globais. No entanto, deve-se reconhecer que a ONU tem trabalhado no sentido de promover o controle da proliferação das armas de destruição em massa e a pacificação global, haja vista seu posicionamento no recente conflito do Iraque.

Outro aspecto interessante é que as ameaças externas têm adquirido formas não-convencionais. A globalização criou e expôs vulnerabilidades para o que, até pouco tempo, pareceria ficção ou de probabilidade remota ou irrelevante. A tecnologia com potencial de aplicação militar pode estar circulando, sem ser percebida, tanto pelos canais comerciais de televisão como pelos computadores de criminosos. A tecnologia de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa pode ser encontrada na internet. Mísseis portáteis podem facilmente ser comprados por terroristas. A melhoria dos sistemas de transporte e de comunicações e a própria globalização econômica têm multiplicado o poder das atividades criminosas representadas pelo crime organizado, pelo terrorismo e pelo tráfico de drogas e de seres humanos. Além disso, têm aumentado as novas ameaças invisíveis, como o crime cibernético e as diferentes formas de guerra biológica.

Nesse quadro internacional conturbado e complexo, o Brasil se insere como uma das maiores economias do mundo, o quinto maior país em extensão territorial e em população. Ocupa cerca da metade da América do Sul, fazendo fronteira com dez países. Abriga a maior bacia de água doce, a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta. Suas riquezas naturais são imensas. A sua agricultura e a sua indústria apresentam bom nível de desenvolvimento, e o País tem sido considerado como um dos melhores destinos para o investidor internacional.

Samuel Huntington⁶ apresenta o sistema internacional como uni-multipolar, constituído de uma superpotência e várias potências de expressão regional que se destacam em determinadas áreas do mundo, sem condições de estender seus interesses e capacidades de forma tão ampla quanto os EUA. Dentre essas potências regionais, Huntington aponta na América Latina o Brasil.

Visão semelhante teve Paul Kennedy ao propor uma nova estratégia para a política norte-americana em relação aos países em desenvolvimento, baseada no engajamento seletivo.⁷ Nessa estratégia, Kennedy considera alguns países importantes em seu contexto regional como futuras potências do século XXI. Ele analisa nove países e o Brasil é considerado merecedor de atenção especial em qualquer agenda internacional. Recentemente o Council on Foreign Relations⁸ enviou relatório ao presidente George Bush sugerindo tratamento diferenciado para o Brasil.

O fato de importantes estrategistas e estudiosos reconhecerem o Brasil como ator relevante no cenário internacional, implica uma participação mais ativa do país. Assim, o Brasil deve ter consciência de sua estatura político-estratégica no concerto regional e mundial para desempenhar um papel

ativo (e não reativo!) no processo de globalização, sem se esquecer de seu poder militar, considerando a multidimensionalidade do fenômeno.

O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO

Nenhum país deve temer ser dominado política, econômica ou culturalmente por intermédio do processo de globalização, por mais ambicioso e poderoso que este aparente ser. Para se resguardar, deve manter a formulação e a execução de sua política externa afastadas da influência de interesses econômicos de qualquer país ou grupo de países, buscando orientar a concepção econômica aos objetivos nacionais. O Brasil já deu um impulso nessa direção com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a assinatura do Acordo-Quadro com a União Européia e a participação em todas as etapas da discussão para a construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Mas há um aspecto importante na continuação da política descrita: manter a negociação. Como dizia o presidente norte-americano Kennedy: "Nunca se deve negociar por medo, mas também nunca se deve ter medo de negociar."

No início do século passado, o Barão de Rio Branco apoiou o fortalecimento das Forças Armadas, bem como a unidade de ponto de vista e de ação de civis e militares em favor da segurança nacional, pois considerava estes aspectos fundamentais para que o Brasil pudesse desempenhar papel relevante na comunidade das nações.

A atual Política de Defesa Nacional brasileira, coerente com os preceitos constitucionais, estabelece objetivos para a área externa: consecução e manutenção dos interesses brasileiros no exterior; projeção do Brasil no concerto das na-

⁶ HUNTINGTON, Samuel. - Artigo "A superpotência solitária" - publicado na *Revista Política Externa* - v. 8 - n. 4 - Mar/Abr/Mai 2000.

⁷ CHASE, Robert; HILL, Emily, KENNEDY, Paul. *The Pivotal States - A New Framework for U.S. Policy in the Developing Country*.

⁸ Organização não-governamental norte-americana voltada para estudos estratégicos.

ções; maior participação no processo decisório internacional; e contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. O documento ressalta, como premissas básicas, a busca do estreitamento das relações com países vizinhos, a rejeição de guerra de conquista e a busca da solução pacífica para as controvérsias. Finalmente, para dar dinamismo à implementação da política, detalha, por intermédio de diretrizes, as ações a serem realizadas.

Para caracterizar o grau de envolvimento do Brasil no atual processo globalizante, como Estado-Nação inserido no sistema internacional, pode-se destacar como indicadores da sua participação militar: a atuação político-militar no exterior, a indústria de material bélico, a preparação das Forças Armadas e a participação do País em acordos e regimes de controle de armamento. Assim, vejamos cada um deles:

Atuação político-militar no exterior

A atuação político-militar do Brasil no exterior pode ser caracterizada pela participação do país em tratados e acordos de segurança (multilaterais e bilaterais) em atividades de manutenção da paz e pelo desdobramento de Forças em território estrangeiro.

O Brasil não participa de alianças militares permanentes, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entretanto, o fato de ser membro da ONU lhe confere condição de participar ativamente do maior sistema de segurança coletiva do mundo, de acordo com os artigos I (agir contra países agressores) e VII (restaurar a paz) da Carta da Organização.

No âmbito regional, o Brasil integra a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que propõem a cooperação na manutenção da segurança coletiva hemisférica, na paz continental, no melhor relacionamento e na maior compreensão entre os países, contribuindo para

os desenvolvimentos socioeconômico e cultural. Tem participação ativa, ainda, na Conferência dos Exércitos Americanos e em intercâmbios bilaterais com outros exércitos americanos, englobando os mais diversificados campos, como Ciência e Tecnologia, Medicina, Assuntos Cíveis, Logística, Ensino, Pessoal e Operações.

No plano político-estratégico, o Brasil estabeleceu mecanismos bilaterais de defesa com a Argentina, Bolívia e Chile e tentará criar mecanismos equivalentes com Paraguai e Uruguai e, em uma terceira etapa, com os demais países da América do Sul. O objetivo dessa iniciativa é buscar referências comuns e viabilizar a consideração conjunta de temas político-estratégicos. A idéia central é promover o reforço do diálogo no nível de concepção de política de defesa, facilitando o encaminhamento de outros problemas e afastando a possibilidade de conflito no continente, sem, no entanto, formalizar alianças militares ou mesmo criar um sistema de segurança coletiva para a região.

Quanto às missões de paz, o Brasil teve sua primeira participação em 1933-34, quando enviou um oficial da Marinha para compor a Comissão da Liga das Nações que administrou a região litigiosa de Leticia, durante o processo de retorno da região à soberania colombiana.

Desde 1957, sob a égide da ONU, o país participou de 23 operações de manutenção da paz e de duas missões civis. Dentre essas operações destacam-se, por terem contado com a participação de tropa, a Força de Emergência das Nações Unidas - UNEF I (1957-67) no Egito, a UNAVEM III (1995-97) em Angola, a ONUMOZ (1993-94) em Moçambique e, atualmente, a UNTAT no Timor Leste. Nas outras operações participaram somente pequenos grupos de especialistas ou de oficiais.

No âmbito da OEA, o Brasil marcou presença, em 1965-66, com o Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FIP), que teve a missão de restaurar a normalidade na República Dominicana. Além disso, coube a uma comissão,

composta pelos embaixadores do Brasil, El Salvador e Estados Unidos, naquele país, a orientação política da FIP e a elaboração de um acordo entre as partes. Recentemente, participou, como coordenador geral, da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), integrada por Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, que supervisionou o cessar-fogo e a implementação do acordo de paz entre os dois países.

No que se refere ao desdobramento de forças no exterior, o Brasil não mantém tropas estacionadas fora do país e não aceita, a não ser para fins de adestramento, a atuação de força estrangeira no interior de suas fronteiras que possa caracterizar, de alguma forma, intervenção consentida no seu território. Assim, a participação militar na política externa brasileira faz-se por intermédio dos adidos militares, presentes nas embaixadas brasileiras em vários países.

A Constituição, a Política de Defesa Nacional, a postura atual de não participar de alianças formais e a participação brasileira em operações de paz evidenciam o comprometimento do País com a solução pacífica de conflitos. Os mecanismos bilaterais estabelecidos com seus vizinhos e amigos fortalecem a confiança mútua e permitem o tratamento de assuntos específicos com cada país, racionalizando recursos e respeitando posicionamentos individuais. A não-manutenção de força estacionada no exterior reforça o respeito brasileiro pelo princípio da não-intervenção. Assim, o Brasil, pela sua localização geográfica no continente e pela postura política adotada, pode ser considerado um articulador natural para promover a estabilidade e a cooperação regional na América do Sul, sem levantar desconfiança de pretensão hegemônica.

Indústria de Material Bélico

A dinâmica da indústria de material bélico se apoia no comércio de sistemas de armas e na difusão de tecnologia militar. Modernas tecno-

logias, que estão revolucionando a vida cotidiana, estão transformando, também, a logística de guerra e o moderno campo de batalha, como demonstrado na Guerra do Golfo, em 1991, no Afeganistão, em 2002, e no Iraque, recentemente.

Grande parte das novas tecnologias é de uso dual – civil e militar –, sendo que muitas são essenciais para o funcionamento de sofisticados sistemas militares. Com os avanços tecnológicos, muitas indústrias de Defesa mudaram seu perfil, fabricando produtos civis e militares simultaneamente, utilizando tecnologia dual. Dessa forma, houve uma desconcentração do poder tecnológico militar no mundo, pois quem detém tecnologias de eletrônica, de metalurgia fina, de semicondutores e outras tem capacidade de participar do mercado mundial de material de Defesa, sem que precise manter uma linha de produção voltada exclusivamente para fins bélicos.

Com o final da Guerra Fria, houve grande retração do mercado mundial de material de defesa, particularmente devido à redução de verbas e de efetivos das Forças Armadas. Além disso, o desaparecimento da ameaça ao Bloco Ocidental, aliado à recessão mundial no início da década de 1990, gerou excedentes de material de defesa, aumentando a oferta no mercado, o que obrigou os produtores a competirem por novos clientes. Essa estratégia político-comercial foi empregada por alguns governos para manter sua base industrial de defesa. Atualmente, existe uma crescente tendência de privatização da indústria de defesa e de comercialização de seus produtos em todos os países, acirrando a competição nas exportações. Além disso, com o declínio dos orçamentos de defesa, a transnacionalização surgiu como uma alternativa viável para manter a capacidade nacional da indústria de defesa, representando para muitas companhias do setor uma estratégia de sobrevivência de longo prazo.

O Brasil possui algumas dezenas de empresas privadas e estatais que trabalham com material de defesa. Dentre as de maior destaque estão a

EMBRAER, a AVIBRAS, a MECTRON, a IMBEL e a ENGEPRON.

A EMBRAER, por exemplo, é um modelo de empresa moderna e bem-sucedida no mercado de defesa. Seus produtos estão presentes em 15 forças aéreas ao redor do mundo, possui aproximadamente 150 clientes em 40 países e mantém equipes de apoio baseadas em vários países, dentre os quais estão Austrália, EUA e França.

Em termos de produção de material militar, a empresa possui licença de produção do F-5, desenvolve projeto conjunto do AMX com as empresas italianas ALENIA e AIRMACHI, e um dos seus principais produtos, o EMB 145 AEWG, serve de plataforma para antenas ERICSON nas aeronaves militares de vigilância aérea.

A AVIBRAS, produtora do sistema de foguetes Astros, chegou a ser a maior exportadora brasileira de manufaturados na década de 1980. Recentemente, fechou um contrato internacional que deu novo alento à empresa. Atualmente, a AVIBRAS tem conseguido novos clientes no mercado mundial, graças às representações que mantém no exterior.

O Brasil, graças à infra-estrutura industrial já instalada, tem capacidade de implantar importante indústria de defesa, que seria constituída por empresas estatais e privadas. Deve-se destacar que, em passado recente, em países desenvolvidos, os investimentos em projetos militares subsidiavam o desenvolvimento de muitas tecnologias de ponta que foram empregadas pela indústria civil por ser de aplicação dual. Atualmente, há uma tendência inversa. As Forças Armadas estão buscando nas inovações civis aplicações para as atividades militares. Portanto, é necessário ter em mente que medidas que visam a atender aspectos ligados à globalização econômica, política e social não podem desconsiderar os seus reflexos na indústria de defesa. Assim, ao manter relações e estabelecer acordos de cooperação militar com outros países, é importante que as conseqüências para as Forças Armadas sejam definidas cuidadosamente e, também, para a indústria nacional de material de emprego militar.

As Forças Armadas

As Forças Armadas foram o principal instrumento empregado pela política para promover a globalização, quer pela conquista e colonização de novos territórios, quer pela expansão de impérios. Os avanços tecnológicos aumentaram gradativamente a capacidade de projeção de poder das forças militares. Um bom exemplo está no aumento do alcance dos mísseis balísticos e da sua capacidade de transporte, fazendo com que o emprego de armas de destruição em massa se tornasse possível a distâncias intercontinentais.

O Brasil, conforme destaca sua Política de Defesa Nacional, adota postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, associada ao emprego da ação diplomática como primeiro instrumento de resolução de conflitos, sem abrir mão de uma estrutura militar capaz de dissuadir potenciais agressores. Para um país com dimensões continentais, com fronteiras terrestres com dez países sul-americanos e possuidor de uma costa de aproximadamente 7.500km, manter sistemas de pronta resposta eficientes e ter capacidade de projetar o seu poder são requisitos mínimos para garantir a defesa do seu território, neutralizar ingerências externas e consolidar a liderança geopolítica regional.

Em termos de projeção de poder, a aquisição do porta-aviões *São Paulo* e de caças A4 foi fator importante na melhoria da capacidade da Marinha do Brasil de defender interesses brasileiros e, se necessário, fazer frente a ameaças à nossa soberania. Igualmente importante foi a aquisição de dez aeronaves C-130 pela Força Aérea Brasileira, além de seu firme propósito de renovação do potencial da aviação de caça que, se concretizada, representará grande melhoria na capacidade de defesa aeroespacial.

No que se refere à exploração do espaço e dos meios de comunicações, o Brasil faz o levantamento de recursos naturais por meio de satélites nacionais, bem como desenvolve projeto con-

junto com a China (satélite sino-brasileiro). Por outro lado, utiliza em unidades militares equipamentos como o *Global Position System* (GPS), de tecnologia estrangeira, e privatizou o setor das comunicações, entregando a exploração do sistema a empresas transnacionais. Ainda na área de exploração do espaço, o Brasil firmou acordos com os governos dos EUA e da Ucrânia para a utilização da Base de Alcântara para lançamento de satélites, acordos estes ainda em discussão no Congresso Nacional. Embora esses acordos possam representar a oportunidade de transferência de recursos financeiros para o Brasil, existem cláusulas extremamente restritivas, particularmente no acordo com os EUA, que encontram forte rejeição.

Outro instrumento empregado no escopo da homogeneização militar é o treinamento e a educação militar que, além de promover o intercâmbio de doutrinas, melhoram a interoperabilidade entre as Forças Armadas, difundem idéias e posicionamentos a respeito de questões de segurança internacional e, muitas vezes, têm efeito dissuasório satisfatório.

O Brasil enviou seus primeiros oficiais ao exterior entre 1904 e 1914, para estagiarem no Exército alemão. Posteriormente, a Missão Militar Francesa instalou-se no Brasil de 1920 a 1940, trazendo aspectos novos da arte militar para o País. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como aliado dos EUA, iniciou-se o período de influência norte-americana na doutrina brasileira, tendência que perdurou até meados da década de 1970, quando o País passou a desenvolver sua própria doutrina e a adotar uma postura independente.

A criação do Centro para Estudos Hemisféricos de Defesa (CHDS),⁹ a transformação da Escola das Américas em Instituto de Cooperação e o processo evolutivo da Conferência dos Estados Americanos (CEA), criada na década de

1960, estão enquadrados no contexto de um outro instrumento da globalização, bem como as reuniões de ministros de Defesa do continente. O primeiro desses encontros, em 1995, em Williamsburg, EUA, estabeleceu princípios que, no Brasil, se refletiram na formulação da primeira Política de Defesa Nacional e, posteriormente, na implantação do Ministério da Defesa.

Na área do ensino e treinamento militar, o Brasil envia anualmente vários oficiais e sargentos para realizarem cursos em países europeus, americanos, africanos e asiáticos, acolhendo, em reciprocidade, oficiais dessas nações em suas escolas militares brasileiras. Além disso, fornece instrutores e oficiais de ligação para a Argentina, Chile, El Salvador, Equador, EUA, Guatemala, Honduras e Paraguai. A partir do ano 2000, recebeu oficiais instrutores da Argentina, Chile, Espanha e EUA para integrarem o corpo docente da Escola de Comando e Estado-Maior. Essa prática de troca de alunos e instrutores permite interessante intercâmbio de conhecimentos, dentro do processo de globalização.

No que se refere ao treinamento militar globalizado, merece destaque a realização de exercícios conjuntos multinacionais, como, por exemplo, a Operação Cruzeiro do Sul¹⁰ e a Operação Cabañas, das quais o Exército participa, e aqueles realizados pela Aeronáutica e pela Marinha do Brasil, bem como os contatos em reuniões bilaterais, intercâmbios doutrinários e intercâmbios de especialistas.

A pesquisa e o desenvolvimento na área militar são aspectos importantes a ser considerados na globalização, pois podem proporcionar o acesso a tecnologias de ponta, por intermédio do desenvolvimento de projetos conjuntos com outras nações, a exemplo do que aconteceu com a aeronave de combate AMX. Entretanto, os gastos das Forças Armadas nesse setor têm sido insuficientes para atender aos principais projetos

⁹ CHDS - abreviatura em inglês de *Center for Hemispheric Defense Studies*.

¹⁰ Operação de treinamento de forças de paz da qual participam Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

em desenvolvimento. Visando a impulsionar o setor, em março de 2001, o Ministério da Defesa publicou sua Política de Ciência e Tecnologia com a finalidade de orientar o desenvolvimento dos Sistemas de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas. Assim, espera-se aproveitar o conhecimento obtido em prol de interesses comuns nas áreas de pesquisa, desenvolvimento, capacitação tecnológica e fomento industrial, contribuindo para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional. Essa medida não só abre caminho para o trabalho conjunto das Forças Singulares como busca envolver o segmento civil, particularmente as universidades, no processo. Assim, espera-se que o universo de pesquisadores na área de defesa aumente sensivelmente e, conseqüentemente, o intercâmbio internacional possa ser realizado com maior intensidade.

A participação das Forças Armadas em atividades no exterior projeta o País no concerto das nações, evidenciando o seu posicionamento político e de cooperação com a paz mundial. Por intermédio do intercâmbio profissional-militar, pode-se influenciar o estabelecimento de políticas de outras nações, assimilar novas doutrinas, atuar em apoio à diplomacia e divulgar a doutrina militar nacional. Além disso, com os treinamentos conjuntos e a troca de instrutores e instruendos, pode-se melhorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas de países amigos, para a eventualidade de um emprego multinacional no futuro. Por outro lado, ao buscar-se conhecimento no exterior, deve-se ter discernimento para avaliar o que pode ou não ser aplicado no País. Isto é particularmente válido para os civis que freqüentam os cursos do CHDS e do novo Instituto de Cooperação criados nos EUA para preparar civis em assuntos de defesa.

Acordos de Controle de Armas

A questão do controle de armamento tomou grande impulso após a Segunda Guerra Mundial,

com o surgimento de um grande número de organismos e acordos direcionados para o estabelecimento de controles multilaterais contra a proliferação de armas de destruição em massa e de armas convencionais. No âmbito da ONU, devido à ação da Conferência de Desarmamento sediada em Genebra, o controle de armas é tema prioritário na agenda de segurança mundial. Em virtude disso, existem nos Ministérios das Relações Exteriores dos principais países seções de desarmamento empenhadas em que tal assunto esteja sempre na pauta do processo diplomático.

O Brasil, coerentemente com sua política de defesa, participa de uma série de instrumentos e organismos internacionais voltados para o desarmamento e a não-proliferação de armas, no nível internacional e regional.

No âmbito mundial, o Brasil aderiu, entre outros, às convenções e acordos de restrição às armas QBN, ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG), ao Regime Padronizado sobre Gastos Militares, ao Registro de Armas Convencionais da ONU, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e à Convenção para a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e para a sua Destruição (Convenção de Ottawa).

No âmbito regional, merecem destaque a adesão brasileira ao Tratado de Tlatelolco (Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe), à Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e à Agência Brasileira-Argentina para a Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Embora a estratégia brasileira vise a uma maior participação no processo decisório internacional e o acesso a tecnologias avançadas, cada acordo deve ser analisado isoladamente, avaliando-se seus reflexos para a Nação em todos os campos do poder. A adesão do Brasil aos termos da Convenção de Ottawa, por exemplo, deu-se à re-

velia de interesses específicos da Força Terrestre, pois implicará modificações importantes na doutrina das operações defensivas. No caso da adesão ao MTCR e ao TNP, embora permita o acesso a tecnologias avançadas, impõe restrições extremamente rigorosas. A comunidade internacional não mostra coerência entre o que prega e o que pratica. Os EUA, por exemplo, ao mesmo tempo em que incentivam e pressionam os outros países para aderirem aos acordos supramencionados, trabalham no desenvolvimento de armas nucleares de baixa potência para serem empregadas contra supostos alvos subterrâneos no Iraque; não assinaram a Convenção de Ottawa e, ainda, anunciaram o início do projeto de defesa antimísseis, mostrando total indiferença a uma possível nova corrida armamentista mundial.

Em síntese, a participação em mecanismos internacionais de controle de armamento, convencional ou de destruição em massa, impõe ao País uma série de normas e restrições globais, criando uma rede de interdependência que deve ser acompanhada com atenção pelo Exército, em razão dos reflexos que trazem para sua doutrina, particularmente no que se refere à adoção e ao emprego de novos equipamentos de combate. Portanto, é da maior importância que fiquem bem definidos os interesses nacionais e os interesses internacionais em relação ao Brasil. Assim, embora seja preciso manter coerência com a política externa, não se pode firmar acordos e aceitar pressões que impliquem redução da sua capacidade dissuasória, na possibilidade de interferência na sua soberania ou em prejuízo de qualquer espécie para a Nação.

UMA VISÃO MILITAR DA GLOBALIZAÇÃO

Inicialmente, o processo de globalização foi impulsionado pela dimensão militar, pelos exércitos; os impérios se expandiram e novos continentes foram colonizados. Hoje, os avanços tecnológicos que promovem a evolução das

comunicações, dos transportes e da economia constituem o motor propulsor da globalização.

Como no passado, o processo globalizante não se deterá. Adaptar-se-á a novas tecnologias, tornando-se cada vez mais veloz e complexo. Por exemplo, logo após a conclusão deste artigo, um novo pensamento já poderá ter surgido no mundo atual, sendo tais idéias agregadas ao conceito do processo de globalização considerado neste trabalho.

No entanto, o Estado tem sido, sempre, parte do processo. Assim, é preciso preparar-se para participar ativamente da globalização, considerando todas as suas vertentes de modo integrado. Isso significa que as futuras conseqüências das medidas adotadas para a inserção do país na globalização devem ser avaliadas em função de todos os fatores que envolvam o processo. Nesse contexto, o segmento militar não pode permanecer esquecido ou ser tratado como elemento dissociado do processo global.

Os assuntos de segurança e de defesa assumirão uma importância cada vez maior, com um reflexo claro na elevação dos orçamentos, inclusive da expressão militar, para a modernização e a transformação necessárias. Embora pareça um paradoxo, os aspectos relacionados com a defesa representam, hoje, um modo de regular o capitalismo mais efetivo do que durante todo o período da Guerra Fria. Na realidade, trata-se de uma idéia que emergiu no início da década de 1990 e que aborda os "Dividendos da Paz", como uma conseqüência direta da queda da União Soviética.

A suspensão de uma parte significativa da dívida ou a concessão de créditos pelo FMI para certos países que participam da coalizão antiterrorista e a declaração de guerra contra as finanças do terrorismo, claramente unido aos circuitos de finanças do crime organizado, são indicadores do aspecto previamente indicado.

Durante a Guerra Fria, o conceito de Defesa não foi mais do que uma pequena parte da políti-

ca. Após o desmoronamento da União Soviética, este conceito, pelo menos nos Estados Unidos, foi estendido à Defesa da Globalização, colocando este país numa posição bastante afastada da auto-suficiência que mostrara depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

Diante do processo de globalização cada vez mais veloz e mutante, verifica-se o óbvio da implementação de ações estratégicas preventivas, tão reclamadas pela sociedade brasileira. Porém, para isso, urge o estabelecimento de objetivos estratégicos nacionais a serem alcançados através de estratégias concebidas de modo a lhes atribuir uma perenidade que ultrapasse os períodos constitucionais de governo. Entretanto, caberá ao Governo a enorme responsabilidade de, ao analisar a conjuntura, dedicar-se a práticas governamentais que, sem perder de vista aqueles objetivos finais, estabeleçam metas intermediárias para que sejam atingidos. Cabe ressaltar que, se por um lado o uso de recurso sem estratégia é um desperdício, por outro, estratégia sem política é inútil. Mas a quem cabe estabelecer a política nacional, cujos objetivos deverão ser os alvos finais das políticas de governo?

A cultura militar, nos tempos modernos, pode ser considerada universal. Embora o processo de formação dos exércitos apresente algumas diferenças ao longo do tempo, sua natureza fundamental não mudou desde a Revolução Francesa. Os exércitos têm sido organizações a serviço do Estado, independente da forma deste. São formados por soldados treinados do primeiro ao último dia de suas carreiras.

Surgem algumas perguntas: Existe uma globalização militar? Há interdependência quando os objetivos são diversos e opostos? Como caracterizar essa interdependência em face, por exemplo, da hegemonia militar na unipolaridade atual? Como relacionar dissuasão ofensiva, dissuasão defensiva, estratégia da resistên-

cia e uma estratégia de ação direta calcada numa supremacia de meios?

O fato é que o mundo está cada dia mais globalizado. O segmento militar é parte atuante na projeção político-estratégica do País. O relacionamento dos militares com os civis tem sido marcado por sentimentos que variam da idolatria, como salvadores da nação, ao ódio, quando vistos como opressores e autoritários. Contudo, a relação civil-militar é fundamental; mais do que isso: nos dias atuais, tornou-se imperativa.

A transformação do pensamento se faz necessária para que este se concretize com ações.

O Brasil deseja aumentar sua participação no processo decisório internacional, bem como aumentar o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, com a finalidade de torná-lo mais representativo e evitar a utilização da organização para defesa dos interesses de poucas nações. Para facilitar a consecução de tais objetivos, o segmento militar deve aumentar a sua participação em operações de paz, de forma coerente com o posicionamento do País, obedecendo aos princípios da não-intervenção e do respeito à soberania. Mas para que tal participação venha a consolidar a imagem do Brasil junto à ONU, as Forças Armadas brasileiras precisam estar muito bem preparadas para tais missões. O Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CPAMEB),¹¹ deve orientar seus objetivos não somente para o preparo da tropa, mas também para o estudo das missões de paz no nível estratégico, evitando-se a fragmentação de esforços nessa área. Neste nível, oficiais seriam preparados para trabalhar em estados-maiores de forças multinacionais de manutenção da paz e para assessorar os chefes militares e políticos quanto à oportunidade de participação no processo decisório internacional, empregando poder militar. Além disso, essa é uma forma de, no âmbito da

¹¹ Criado pela Portaria do Comandante do Exército nº 94 de 2 de março de 2001.

comunidade internacional, reafirmar o comprometimento brasileiro com a paz e a segurança mundiais, projetar o poder da Nação, divulgar seus posicionamentos nas questões internacionais e ampliar sua área de influência.

As indústrias de material de defesa têm adotado estratégias comuns às indústrias civis, uma vez que grande parte das tecnologias empregadas é de uso dual. Além disso, o desejo utópico da paz mundial fez proliferar os mecanismos de controle de armamentos, cujos reais propósitos são discutíveis e raramente revelados. Portanto, assuntos aparentemente econômicos, diplomáticos ou políticos não podem ser tratados sem a avaliação do impacto que terão na área de defesa. É importante ressaltar que, diferentemente do passado, agora são as Forças Armadas que buscam a aplicação de tecnologias civis no campo de batalha. Com isso, pode-se afirmar que a defesa nacional tem de estar, obrigatoriamente, vinculada à defesa da economia nacional. Constituir um parque industrial moderno e diversificado, além de diminuir a dependência externa, pode inverter a situação, criando a dependência de outros países e diminuindo a possibilidade de agressões estrangeiras. Assim, as Forças Armadas devem promover contínuo processo de nacionalização de seus equipamentos, começando com simples peças de reposição até chegar ao desenvolvimento de sistemas sofisticados. O Exército pode contribuir com o desenvolvimento da indústria nacional de defesa pela simples adoção de equipamento nacional. Com isso, estará divulgando o material brasileiro, dando credibilidade à sua qualidade e, indiretamente, fazendo o seu marketing para futuros compradores nos mercados internacionais. Pode, ainda, incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos de uso dual em conjunto com universidades, particularmente nas áreas de eletrônica, metalurgia e química fina, que encontram um grande mercado consumidor.

Com as facilidades que a globalização oferece ao fortalecimento dos ilícitos transnacionais,

poderá haver uma tendência mundial de atuação das Forças Armadas contra o terrorismo, o narcotráfico e os crimes cibernéticos, bem como na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Hoje, no combate ao crime organizado, a Força Terrestre fornece apoio logístico, de inteligência e comunicações. Como seria o apoio ao combate ao crime cibernético? E o combate ao terrorismo internacional? Será que estamos preparados para atentados biológicos? O que diz a legislação brasileira sobre a atuação das Forças Armadas contra esses crimes? Questões como essas devem ser estudadas no nível estratégico, para permitir que as Forças Armadas trabalhem na configuração de uma legislação nacional e orientem posicionamentos em conformidade com os interesses da Instituição e coerentes com suas possibilidades.

O interesse que o Brasil desperta na comunidade internacional como mercado promissor, por si só, confere ao País respaldo suficiente para buscar posição compatível com sua estatura político-estratégica. Portanto, é necessário considerar que participar do processo de globalização implica tomar medidas relacionadas com a atuação militar. Para contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para estreitar as relações com os países vizinhos é necessário aumentar a participação militar no exterior, desenvolver uma indústria de defesa competitiva no mercado internacional, equipar e adestrar as Forças Armadas para cumprirem suas missões constitucionais e fazer com que participem, ativamente, da discussão de acordos de controle de armamento, antes de sua assinatura.

Participar da atual globalização significa atuar em um processo multidimensional que exige a implementação militar de maneira vantajosa para o País, com definição clara dos interesses nacionais a defender e, conseqüentemente, das potenciais ameaças a vencer. Assim, ao estabelecer objetivos estratégicos que traduzam os interesses nacionais, deverá, também, formular estratégias que

orientarão o emprego das Forças Armadas, antecipando-se aos antagonismos prováveis. O Brasil, com a sua inegável estatura político-estratégica, não deve adotar uma postura tímida, mas expan-

dir a sua influência aproveitando-se, inclusive, de todas as oportunidades para usar os seus militares na conquista de uma aproximação cada vez maior com todas as nações do globo. ☺

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Revista da Escola Superior de Guerra - Ano XVII - N. 39 - Visita do Ministro da Defesa à ESG - 26 de junho de 2000 (p. 10-11).
- Revista Defesa Nacional - Ano LXXXVI - N. 787 - Mai/Jun/Jul/Ago 2000 - "Variações em torno do tema 'Globalização'" - Manuel Cambeses Junior (p.101).
- Strategic Studies Institute (SSI) - Conference Report (p. 161).
- Revista Defesa Nacional - Ano LXXXII - N. 774 - 4^a Trimestre 1996 - "A Conferência dos Exércitos Americanos, sua importância para o Exército Brasileiro" - Cláudio Coscia Moura.
- From Rockets to Religion: Undertanding Globalizacion*, by Ellen L. Frost, Visiting Fellow, Institute for International Economics, co-chair globalization Project, National Defense University - Paper presented to Workshop on Globalization and Europe - The Brookings Institute - 6 de outubro, 2000.
- História do Exército Brasileiro* - V. 1 e 2 - impresso no Serviço Gráfico da Fundação IBGE.
- The Transformation of War* - CREVELD, Martin Van. Nova York, USA: The free Press / A Division of Simon & Schuster Inc, 1991 (p. 38-39).
- Global Transformation* - <http://www.policy.co.uk/global/summary.htm#organized>
- Researching Globalization* - David Held and Anthony McGrew, David Golbatt and Jonathan Perraton - <http://www.policy.co.uk/global/summary.htm#organized>.
- Global Transformations* - David Held & Anthony McGrew, David Golbatt & Jonathan Perraton - publicação original Polity Press, Cambridge in Association with Blackwell Publishers Ltd, Oxford First Published in the USA by Stanford University Press, 1999 - California. (p. 87-89).
- The Pivotal States - A New Framework for U. S. Policy in the Developing Country* - Robert Chase, Emily Hill, Paul Kennedy - W. W. Norton & Company - Nova York - Londres, 1998.
- Modern Strategy* - Colin S.Gray - Oxford University Press, 1999.
- Military Review* - 1^o Trimestre de 2001 - "Brasil: Sempre a Exceção à Regra" - LTC Edwin William Passmore, Exército dos EUA.
- Revista Época* - "Ajuda da Malásia" - Roberto Lopes - 14 de maio de 2001.
- Editorial: "O Protocolo 505" - Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIDE) - de 31 de outubro de 2000 - Domingos Adherbal Olivieri - disponível em <http://www.abimde.com.br/editorial301000.htm>.
- Editorial: "Utilizaram um Furacão para Eliminar um Incêndio" - Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIDE) - de 29 de dezembro de 2000 - Domingos Adherbal Olivieri - disponível em <http://www.abimde.com.br/editorial.htm>.
- Jornal O Globo* - 14/02/2001 - "Os Americanos a Bush: não Isola o Brasil" - Elio Gaspari.
- Desarmamento e Não-Proliferação - Ministério da Defesa - EME - 5^o Subchefia - SAEI - 2.1.1 - Organismos Internacionais (estágio para militares designados para missões no exterior).
- Portaria N. 188, de 15 de março de 2001 - Política de Defesa para a Área de Ciência e Tecnologia - Seção 1 - P. 6 - Diário Oficial da União, n. 55-E, de 20 de março de 2001.
- Inventário de Organizações e Regimes Internacionais de Não-Proliferação* - Edição de 1995 - compilado por Roland M.Timerbaev - Center for Nonproliferation Studies Monterey Institute of International Studies - Tradução: Antônio Patriota - FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores.
- Folheto do CENTRO de Estudos Hemisféricos de Defesa - Washington DC - EUA.
- "A Superpotência Solitária" - Samuel P. Huntington - *Revista Política Externa* - v. 8 - n. 4 - Mar/Abr/Mai - 2000.
- United States Strengthening Influence on Brazil's Missile Program* - 1^a de março de 2001 - <http://www.stratfort.org>.